

Grécia e Roma no universo de Augusto

Ana Maria César Pompeu
Francisco Edi de Oliveira Sousa
(Orgs.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

**PLUTARCO, VIDAS DE TESEU E RÓMULO:
OS ALICERCES DE DUAS CULTURAS PARALELAS
(Plutarch, *Lives of Theseus and Romulus*:
the Bases for two Parallel Cultures)**

MARIA DE FÁTIMA SILVA²⁰⁷ (fanp13@gmail.com)
Universidade de Coimbra

RESUMO – Plutarco, na composição das *Vidas de Teseu e Rómulo*, assume a inevitável predominância de elementos de ficção, que o desviam de um propósito de verdade histórica. Reconhece, no entanto, a necessidade de recuar às origens, para estabelecer os fundamentos de duas culturas que a História tornou ‘paralelas’.

PALAVRAS-CHAVE – Atenas, Roma, fundadores, mito, história.

ABSTRACT – Plutarch, in composing the *Lives of Theseus and Romulus*, recognises the inevitable predominance of fiction in them, which contradicts the historical truth. But, at the same time, in order to establish the foundations of two cultures History made ‘parallel’, he accepts that it is necessary to go back to their origins.

KEYWORDS – Athens, Rome, foundation, myth, history.

No próemio com que abre a *Vida de Teseu* – que é, ao mesmo tempo, uma introdução às vidas dos dois fundadores²⁰⁸, não só do de Atenas, como também do de Roma –, Plutarco estabelece um primeiro contraste entre as duas tradições literárias a que, como biógrafo, se sente sujeito: a ficção mitológica e a História, de que a Biografia é a extensão. Confirmando a distinção que já Heródoto (1. 5. 3) estabelecera entre os dois tipos de narrativa, Plutarco sabe também delimitar com nitidez uma fronteira entre esses dois planos. A História, em contraste com a ficção mitológica, deve confinar-se a períodos de tempo acessíveis ao testemunho, deve permitir a averiguação e a verificação objectiva – de onde a etimologia da própria palavra²⁰⁹ – e limitar-se, se não à realidade dos factos, pelo menos a uma verosimilhança disciplinadora (*Th.* 1. 2: ‘Depois de ter percorrido épocas

²⁰⁷ Maria de Fátima Silva is a member of the Institute of Classical Studies in the University of Coimbra. As a researcher, she is part of the Centre of Classical and Humanistic Studies, and her preferred subjects are Greek ancient Literature – specially theatre and historiography – and reception studies.

²⁰⁸ Duff (1999: 302) valoriza a prioridade que, em geral nos pares de *Vidas*, é dada à grega, onde se estabelecem padrões e temas, a que a Vida correspondente do romano sobretudo obedece. Neste caso, o processo parece ter seguido, ao que nos informa Plutarco (*Th.* 1. 4-5), o caminho inverso e Teseu ter aparecido como o digno correspondente ateniense de Rómulo.

²⁰⁹ Ἱστορία liga-se etimologicamente a ἵστωρ, uma velha palavra, já homérica, aplicada ao ‘juiz de um conflito’ e à ‘testemunha’, como aquela que, ‘por ter visto, sabe’ (οἶδα, ‘eu sei, por ter visto’, pertence ao mesmo grupo etimológico).

acessíveis à verosimilhança e o terreno sólido da História, que se apoia sobre factos, posso agora falar, com propriedade, de épocas anteriores’, τὸν ἀφικτὸν εἰκότι λόγῳ καὶ βλάσιμον ἱστορίᾳ πραγμάτων). Em consequência do que são premissas incontornáveis – o controle do tempo, que o é também da possibilidade de um testemunho directo –, o biógrafo tenderá a uma disciplina narrativa, que o submeta à veracidade dos factos, a um princípio de verosimilhança e lhe domine a imaginação.

Fora das fronteiras de um percurso temporal, acessível e comprovável, fica o mito, que se exprime como narrativa fantástica, de que o biógrafo, de certa forma, se distingue. Esse é o espaço de poetas e mitólogos (1. 3), que dispensam provas e evidências (πίστιν καὶ σαφήνεια) e abraçam, sem reservas, os prodígios e as lendas trágicas (τερατώδη καὶ τραγικά) como seu património. Logo, não só o material que elaboram é ‘fantástico’ no seu conteúdo, como a forma – que τραγικά também contempla – é própria dos objectivos ‘sensacionalistas’ da ficção.

E, no entanto, o biógrafo de Queroneia está disposto a correr o risco de tentar harmonizar duas metodologias, de abordagem e de discurso, tão contraditórias. É claro, nas suas justificações, que esta concessão à natureza do mito sucede mais tarde, depois que as diversas *Vidas*, obedientes ao espírito da História, foram já compostas (*Th.* 1. 2, 1. 4)²¹⁰. Plutarco sente então um atractivo por recuar às origens, e com isso cede à tentação de ultrapassar a fronteira que separa História de Mito. Mas qual o estímulo para que cometa tal ousadia? A resposta está também numa convenção cultural e narrativa, de grande peso pelo seu longo passado: a de atribuir a cada cidade notável um ascendente digno e sobretudo simbólico, do que veio a ser o seu futuro e o seu percurso histórico. Atenas, ‘bela e ilustre’ (1. 5), tal como Roma, ‘invencível e gloriosa’, merecem, ou mesmo necessitam, de um ‘fundador’ (οἰκιστήν)²¹¹, ou de um ‘pai’ (τῷ πατρί) à sua altura. Um simbolismo cultural e antropológico, que não a simples verdade histórica, recomenda o anacronismo da escrita; só depois de compostas as vidas ‘históricas’ dos mais ilustres dos seus filhos, se pode delinear, no perfil de um fundador mítico, aqueles traços que fazem dele o paradigma do espírito ou, se quisermos, da psicologia de um povo.

Em nome deste objectivo técnico – o de compor, no final, duas *Vidas* que são, também elas, proémicas do conjunto –, Plutarco está disposto a transigir com o

²¹⁰ Sobre a cronologia relativa da composição das diversas *Vidas* há divergências. Para alguns estudiosos – a que tendo a dar razão –, as *Vidas* introdutórias de Teseu e Rómulo são posteriores, não forçosamente a todas, mas certamente a várias outras – cf. Pérez Jiménez 2000: 152 n. 3-4. Geiger (1995: 171), por seu lado, pertence ao número dos que entendem estas *Vidas* como ‘expansões de uma intenção inicial de Plutarco de se concentrar nas biografias de personagens históricas’; e no mesmo sentido vão as opiniões de Flacelière (1948: 67-69) e Ampolo (2002: 282).

²¹¹ Plutarco manifesta alguma hesitação ao estabelecer, com a palavra mais apropriada, o papel que Teseu teve em relação a Atenas; ora se lhe refere como οἰκιστής (*Th.* 1. 5), ‘fundador’ da cidade, ora com o verbo συνοικίζω (συνώκισε, 2. 2), como ‘unificador’ do território ático sob a égide de Atenas.

rigor exigível à História, em nome de um princípio igualmente defensável: o de que as cidades excepcionais merecem um fundador e um passado excepcionais²¹². Cede então a recuar a um tempo mal definido, arredado da objectividade do testemunho e da memória, para mergulhar assumidamente na fantasia. Condescende em privilegiar, sobre a verdade, a verosimilhança, interpondo, num derradeiro esforço, a razão como um factor de harmonia entre os dois extremos da tradição literária grega²¹³; ao mesmo tempo que depura o mito da sua irracionalidade, o *logos* contribui para lhe conferir uma imagem sugestiva de História (1. 5). Nesta busca pela verosimilhança, dois critérios podem dar o seu contributo: a predominância de um equilíbrio maior com a realidade e o repúdio da pura fantasia, e a maior documentação de que uma determinada versão, mesmo que mítica, pode gozar (*Th.* 15. 1, 22. 7, 26. 1, 29. 4, 31. 2, *Rom.* 3. 1, 6. 1). Estamos perante uma conciliação possível, mas precária, que Plutarco não está seguro de levar a cabo com eficácia, tão díspares são os motivos que pretende conciliar; por isso apela à compreensão dos seus leitores para quando a sua narrativa, agora fundada na tradição de velhas histórias, ‘desprezar audaciosamente a credibilidade e não admitir qualquer conciliação com a verosimilhança’ (1. 5)²¹⁴. Numa palavra, Plutarco propõe-se, com as *Vidas de Teseu e Rómulo*, definir, em síntese, a imagem de duas cidades, modelos de duas culturas distintas e, apesar de todas as diferenças, paralelas no seu percurso de existência. Da realidade histórica parte, em marcha inversa, à procura de um embrião que encontra, simbolicamente, nos dois heróis míticos; a lenda torna-se uma espécie de *aition*, de justificativo para tradições e práticas que a experiência cultural e social abona. Aí de facto lenda e história confundem-se e mutuamente se justificam.

Já o Queroneu dedica o segundo capítulo da *Vida de Teseu* (2. 1-3) a uma síncrize, isto é, à definição, em termos sintéticos, de um conjunto de linhas de confluência, que tornam as *Vidas de Teseu e Rómulo*, como as de Atenas e de Roma, paralelas (2. 1)²¹⁵. Naturalmente que o plano de confluências está sujeito à estrutura convencional do género biográfico, que se cruza com outra convenção

²¹² Em *Rom.* 8. 9, Plutarco sublinha também a importância da origem divina, quando está em causa uma cidade como Roma: ‘... se se pensar na grandeza de Roma, que nunca teria atingido um tal poder se, em vez de uma origem divina, tivesse tido apenas uma origem desprovida de grandeza e de maravilhoso’.

²¹³ Cf. Ampolo e Manfredini (1993: XII-XIII), que salientam a intervenção de Hecateu de Mileto já no séc. VI a.C., no sentido de dar verosimilhança à tradição mitológica.

²¹⁴ Mas trata-se sempre, no dizer de Pelling (1999: 432), de ‘uma questão de aparência; porque não será, ou pelo menos não o será sempre, uma questão de veracidade’. Adiante, Plutarco (*Rom.* 12. 6) admite mesmo que a ficção seja particularmente sedutora pela própria estranheza e singularidade e que, mais do que repúdio, crie nos leitores adesão.

²¹⁵ Independentemente da síncrize final (*Rom.* 30-35), em que os dois heróis são comparados, numa espécie de avaliação conclusiva de alguns tópicos concretos explorados nas suas *Vidas*, divididos em dois conjuntos de acordo com a vantagem relativa de cada um dos biografados (primeiro vantagens de Teseu sobre Rómulo e depois de Rómulo sobre Teseu).

poderosa, a que dá forma ao percurso de vida de um fundador²¹⁶. Não sem que os traços que marcam o perfil de um herói deixem de ser abrangentes do trajecto da própria civilização que ele representa.

Plutarco define os tópicos que o irão guiar no desenho globalizante dessas vidas²¹⁷: a origem numa união ilegítima e clandestina, que deixa patente a mistura e a heterogeneidade de um ponto de partida, pessoal e colectivo; a filiação divina, marca de distinção e de excelência; as qualidades em que se fundamenta essa *arete*, antes de mais a capacidade guerreira, que associa inteligência e força (μετὰ τοῦ δυνατοῦ τὸ συνετὸν ἔχοντες, 2. 1)²¹⁸, necessárias à fundação e à defesa de um grande projecto colectivo; a opção política de cada um – Rómulo ‘fundador’ (ἔκτισε), Teseu sobretudo ‘unificador’ (συνώκισε) de Atenas (2. 2)²¹⁹ –, pressupondo um ponto de partida diferente para cada uma das cidades, que haveriam de confluir em distinção equivalente (πόλεων δὲ τῶν ἐπιφανεστάτων, 2. 2); o rapto de mulheres, que trouxe ao herói, primeiro solitário, a capacidade de procriar e garantir a continuidade sucessória; e, por fim, as vicissitudes de uma *odisseia*, pessoal e interna – nos dramas familiares que experimentaram –, mas também pública ou colectiva – no relacionamento que, como chefes, tiveram com o seu povo. Todo este projecto de aproximação obedece a uma forma de olhar o mundo romano ‘com olhos de grego’, ou, nas palavras de Duff (1999: 302), ‘de uma posição heleno-cêntrica’, sem, no entanto, deixar de colocar os Romanos num plano de perfeita equivalência com o passado glorioso de Atenas, salvaguardando-lhes, mesmo assim, uma identidade própria. De acordo com os limites impostos a esta reflexão, iremos focar-nos nas origens e na trajectória de Teseu e Rómulo, até ao momento da definição de cada cidade, do seu espírito e princípios, deixando de lado as experiências que, sob a tutela de Teseu e Rómulo, implicam já os futuros actos de gestão.

O prómio da *Vida de Rómulo*, articulando-se com os elementos que a *Vida de Teseu* tinha já antecipado, retoma os grandes objectivos das duas biografias e consolida-os com argumentos concretos. O que, desta vez, está em causa é fundamentar, com o exemplo ‘Roma’, os princípios a que as *Vidas* dos fundadores

²¹⁶ Sobre a convenção a que obedecem as vidas de fundadores, consultar Ferreira (2012: 31-46).

²¹⁷ Dentro de um critério que é já de Heródoto, Plutarco não tem a preocupação de ser sistemático no seu relato. Faz uma selecção de episódios, de modo a dar à sua narrativa um sentido global em conformidade com a sua própria leitura e com um objectivo pré-definido, marcado pela sua interpretação pessoal da História.

²¹⁸ Cf. Thuc. 2. 15. 2.

²¹⁹ Rezava a tradição que, antes de Teseu, outros reis míticos haviam governado Atenas: Cécrops, Erecteu, Pandión e Egeu. Dado o prestígio de que Teseu veio a gozar, superior ao de todos os que o precederam, encontrou-se para o seu papel uma identidade própria, a de ter ‘estabelecido’ o sinecismo, a fusão das povoações da Ática sob o controle de Atenas. Mas é evidente a intencionalidade do efeito assonante que se obtém dos dois verbos, ἔκτισε e συνώκισε, aproximando e distinguindo, ao mesmo tempo, a acção dos dois fundadores.

obedeciam. Assim se se trata, como primeiro objectivo, de encontrar para uma cidade gloriosa um passado à sua altura, Plutarco (*Rom.* 1. 1) começa por explorar ‘a origem’ (αἰτίαν) do ‘grande nome de Roma’ (τὸ μέγα τῆς Ῥώμης ὄνομα) e da celebridade que a tornou conhecida no mundo inteiro. Afinal Roma tinha dado o seu nome a uma civilização, que cresceu até às dimensões de um império; esclarecer-lhe o nome era definir-lhe o espírito e a natureza que, com a sua expansão, procurou propagar aos povos ocupados²²⁰.

O nascimento de um fundador, que é o natural preâmbulo à fundação e designação de uma cidade, integra, no entanto, elementos que parecem apontar para duas naturezas distintas, na essência de Atenas e de Roma. O factor ‘divino’ interveio nos dois casos, como é da convenção da vida de um fundador. No caso grego, foi a recusa de um herdeiro a Egeu, rei de Atenas, o que o levou a consultar o oráculo de Delfos. Atento a preservar a ‘pureza’ da raça, a par da tradicional autoctonia ateniense, Apolo recomendou-lhe que não tivesse relações com qualquer mulher antes de estar de volta à cidade (*Tb.* 3. 5). O deus tendia, assim, para a salvaguarda de um princípio, que fazia de Atenas um exemplo de ancestralidade e de relação intrínseca com o próprio solo que acolhia os seus cidadãos. Como herdeiro de Cécrops e de Erecteu, Egeu deveria manter, segundo o conselho do oráculo, a mesma ‘pureza’ de raça. Todavia, no que parecia já uma tendência de Atenas para o cosmopolitismo, Egeu desobedeceu ao oráculo. Em Trezena, uniu-se a Etra, a filha de Piteu²²¹, que, ao agir pela ‘persuasão’ e pelo ‘engano’ (ἔπεισεν αὐτὸν ἢ διηπάτησε, 3. 5), provocou o nascimento de uma criança herdeira da autoctonia²²² paterna e de dois traços de comportamento – persuasão e engano – do lado materno. Portanto, apesar de ter nascido em desacordo com os desígnios divinos, Teseu cumpria o padrão do que Plutarco anunciara como ‘o fruto de uma união ilegítima e clandestina’, que harmonizava pontos de partida diversificados na sua natureza.

Rómulo e a cidade a que, como fundador, está ligado representam o oposto da autoctonia. Nas suas diversas versões, aludidas por Plutarco, sobressai a ideia de um ascendente grego ou troiano²²³. O nascimento de Rómulo sucede-se, na

²²⁰ Ampolo e Manfredini (²1993: 262) inventariam os autores antigos que discutem a mesma questão dos sentidos do nome de Roma.

²²¹ Sobre a identidade ambígua de Piteu e sobre o seu oráculo, consultar E. *Med.* 679-681, Apollod. *Bibl.* 3. 15. 6.

²²² Apesar de provindo de mãe não ateniense e de nascido fora de Atenas, Teseu ganha legitimidade como filho de Egeu quando recupera, de sob um rochedo onde haviam sido ocultos, bens paternos (uma espada e um par de sandálias; *Tb.* 3. 6-7, 6. 2-3). Esta façanha – a de levantar um penedo para recuperar objectos ocultos – não é tanto representativa de uma força extraordinária do jovem Teseu, quanto da recuperação da sua identidade.

²²³ As hipóteses enumeradas por Plutarco abrangem um ascendente pelasgo, troiano, grego e latino. Ampolo e Manfredini (²1993: 268) registam a vantagem que as versões troiana e local foram ganhando sobre a grega. De igual modo, Giua (2005: 254-255) sublinha a recusa ou o desinteresse de Plutarco de valorizar os elementos gregos na fundação de Roma; trata-se, para

Vida, a capítulos que especulam sobre a origem do nome de Roma e as diversas versões apontam sobretudo para a importância de uma população, provinda do oriente (de Tróia ou da Grécia), no estabelecimento de uma nova cidade, sem vínculo profundo ao território que passou a ocupar. Ao contrário da versão de outros autores (e. g., D. H. 1. 9. 2, 1. 17-21), que valorizam a mescla operada entre populações gregas e nativas, Plutarco não insiste nesta fusão²²⁴. Mesmo assim, esta não é uma leitura de todo ausente do seu relato. A filiação de Roma, mulher de Eneias, a partir de Ítalo (*Rom.* 2. 1), o casamento de uma outra Roma, filha de Dexíteia, com Latino (2. 3), ou ainda o ascendente de Emília, também referida como mãe de Rómulo e identificada como filha de Eneias e Lavínia, garantem a referência a essa fusão²²⁵.

O primeiro grande testemunho explorado pelo biógrafo para a origem de Roma é etimológico, prende-se com o próprio sentido falante desse nome²²⁶. As interpretações polémicas a que vinha sendo sujeito apontam para a índole mais profunda da *Urbs* ou para momentos primordiais da sua existência. E esses estão, de alguma forma, associados com a sua origem helénica, o que estreita o paralelo com a sua réplica ateniense. Há quem defenda que foi da invasão pelasga²²⁷, proveniente da Grécia do Norte e bem sucedida na campanha pelo Mediterrâneo Central, que lhe veio uma ‘força’ (ῥώμη)²²⁸ de que esses primeiros ocupantes eram possuidores. Este é um entendimento suscitado pelo poder de Roma nos Gregos da época imperial, que não passa de uma etimologia popular.

A esta versão, fundada em valores masculinos – a capacidade militar de conquista de que o povo romano viria a dar sobejas provas –, acrescentou-se uma outra, de índole feminina, que privilegiou os valores sociais que uma ocupação bem-sucedida não podia descurar; também neste caso a cidade de Roma trazia, de origem, a marca de um colonizador bem-sucedido. ‘Roma’ (*Rom.* 1. 2) é, nesta versão agora troiana, o nome de uma mulher, uma das que acompanhou,

esta autora, de uma cautela do biógrafo que entendia como contraproducente e arriscado o desafio à autoridade romana, pondo a glória do passado de uma Grécia ocupada em concorrência com as vantagens do vencedor. Sobre a abordagem das origens de Roma por Plutarco, consultar Candau Morón (2005: 107-120).

²²⁴ Cf. Ampolo e Manfredini ²1993: 263.

²²⁵ Sobre esta fusão, consultar Rocha Pereira (2009: 20), que refere os vestígios de presença humana sobre o Palatino pelo menos desde 1000 a.C. E remata a mesma estudiosa: ‘As escavações realizadas em outras cidades do Lácio, como Lavinium e Alba Longa, a que a tradição atribuía um papel importante na fundação da Urbe, levam a supor, para todas, a mesma identidade’.

²²⁶ Os candidatos a epónimos de Roma, enumerados por Plutarco, são múltiplos: Romano, Romo, Romis, duas mulheres diferentes de nome Roma e Rómulo.

²²⁷ Os Pelasgos, que provinham da Tessália, depois de terem sido localizados também na Ática, são identificados, por Sófocles e Helánico (cf. D. H. 1. 25. 4, 1. 28. 3), com os Etruscos.

²²⁸ Esta etimologia, quanto sabemos, ocorreu pela primeira vez no séc. III a.C., no poema *Alexandra* de Lícofron (1232-1233). Sobre o assunto consultar Rochette (1997: 54-57), que refere a divulgação que teve, na literatura do séc. II, o nome de Roma, entendido, por sinédoque, como alusivo ao império romano no seu conjunto.

na fuga, um grupo de Troianos que, após o termo da guerra, ventos e marés fizeram aportar na Tirrénia²²⁹. Ao valor militar que a versão pelasga consagrava, a intervenção desta mulher veio acrescentar a inteligência ('ela que parecia somar à nobreza de raça a inteligência', *Rom.* 1. 2); cumpria-se assim o padrão de qualidade intelectual que a *arete* de uma cidade verdadeiramente superior exigia (cf. *Tb.* 2. 1, 6. 2)²³⁰. Foi este talento feminino, orientado pelos seus valores 'familiares', o que determinou que se incendiasse os navios troianos e se pusesse fim a uma errância²³¹. A dissidência entre os dois pontos de vista, masculino e feminino, foi resolvida pela *ananchê*, neste caso 'o facto consumado': destruídos os navios, não restou aos homens outra solução que não fosse trocar a precariedade da viagem pela segurança de uma instalação em terra firme. A capacidade de explorar a terra e de se harmonizar com a vizinhança (1. 2) passou a constituir a marca destes colonos, o embrião de uma nova cidade e civilização sobre o Palatino.

Passadas em revista outras versões do ascendente epónimo de Roma²³², Plutarco estende-se nos pormenores daquela lenda a que, dentro da popularidade de que gozou, também ele dá preferência (τῷ δικαιοτάτῳ τῶν λόγων, 2. 2): a que faz de Rómulo, o fundador da cidade, o seu epónimo. Mas também nesta outra leitura se mantêm presentes os elementos transversais a todas estas sugestões, múltiplas e polémicas: o ascendente troiano daquele de quem o nome faz o fundador mítico de Roma. Assim Rómulo é identificado como filho de Eneias e de Dexíteia, a filha do troiano Forbante, tendo vindo, com o irmão, para a Itália criança ainda; ou com o neto desta mesma Dexíteia, filho de sua filha Roma (2. 3); ou ainda, numa versão mais fantasiosa, neto de Eneias, através de uma união de Emília, filha do troiano, com o deus Marte²³³. Em diversas alusões, o maravilhoso enfatiza o

²²⁹ Cf. Plut. *Moralia* 243e-244a, 265b-c.

²³⁰ São semelhantes os atributos que já a adolescência denunciou em Teseu (*Tb.* 6. 2): a força física (τῆ τοῦ σώματος ῥώμη), a coragem, uma sensatez firme, associada à inteligência e ao talento (ἀλκὴν καὶ φρόνημα μετὰ νοῦ καὶ συνέσεως βέβηαιον). Como também os gémeos envolvidos na fundação de Roma eram dotados de qualidades equivalentes (cf. *infra* comentário *ad Rom.* 6. 3). Na verdade, apesar de míticos, um e outro herói possuíam as qualidades e características próprias de um qualquer biografado humano.

²³¹ Este é um episódio célebre, referido por numerosos testemunhos e com variantes significativas; cf. Perret 1942: 396-402.

²³² Em 2. 1, Plutarco sintetiza um conjunto de outras versões sobre a origem de Roma, que têm com as anteriores, mais amplamente narradas, duas características em comum: na sua grande maioria mantêm a relação etimológica da palavra 'Roma' com o nome de um personagem, a que atribuem uma origem grega ou troiana – Roma, filha de Ítalo, ou então de Télefo ou Héacles; Romano, filho de Úlisses e de Circe; Romo, filho de Emátion, expulso de Tróia por Diomedes. A versão que faz da filha de Ítalo, o herói epónimo da Itália, a inspiradora do nome da cidade, estabelece neste conjunto um tom dissidente, logo corrigido para a paternidade de Télefo ou Héacles.

²³³ Mais adiante (*Tb.* 4. 2), Plutarco justifica a paternidade de Marte pelo facto de os dois gémeos terem sido, numa determinada versão do seu nascimento, alimentados por uma loba e por um picanço, qualquer um deles animais consagrados ao deus da guerra. E, numa tentativa de despir a lenda de demasiada fantasia e de, como era seu propósito de biógrafo, a racionalizar,

carácter mágico, ou predestinado, deste nascimento; além da paternidade do deus Marte – que insiste na natureza belicosa do fundador de Roma –, há factores de sobrevivência, em que a natureza se empenha em assegurar o cumprimento de um destino. Assim, da frota que transportava os exilados troianos, o Tíbre salvou apenas uma embarcação, aquela em que os dois gémeos, únicos sobreviventes, navegavam²³⁴; garantia, pela salvaguarda dos dois sobreviventes de uma espécie de ‘dilúvio universal’, o futuro fundador de Roma (2. 2).

Naquela que Plutarco anuncia como a versão mais fabulosa de todas (μυθώδη παντόπασι περὶ τῆς γενέσεως, 2. 4)²³⁵, a valorização do divino supera as relações humanas. Outros elementos a destacam também das restantes. O contexto dispensa, neste caso, a intervenção de povos alheios e restringe o protagonismo do episódio à decisão de Tarquécio, rei de Alba²³⁶. A filiação do fundador é deixada no anonimato; o pai é substituído por um falo mágico, ou seja, pela própria força simbólica da natureza, capaz de garantir ao descendente que gera, em superlativo, a mais pura *arete* (2. 4): ‘um filho muito ilustre, notável pela coragem, fortuna e força’ (παῖδα κλεινότατον, ἀρετῇ καὶ τύχῃ καὶ ῥώμῃ διαφέροντα). Por seu lado a mãe é reduzida a uma quase funcionalidade básica; a princesa de Alba, destinada a ser a progenitora nessa união, fez-se substituir por uma simples escrava (2. 5). Apesar destas condições dúbias na gestação de um futuro soberano, o destino impôs que a tentativa de Tarquécio de eliminar os gémeos se frustrasse para que um dia, depois de cobrada vingança sobre o monarca assassino, pudessem cumprir o seu destino (2. 6-8). Esta é uma versão que dilui por completo a componente humana na origem de Rómulo, em favor do elemento divino, que não identifica. Não só não lhe é atribuído um pai humano, como a mãe é uma escrava anónima e a força divina que a fecunda um simples falo, sem rosto nem identidade, uma espécie de impulso natural na sua mais pura essência.

Por fim, após as versões menos credenciadas, Plutarco acrescenta a ‘mais credível e também mais amplamente atestada’ (τοῦ δὲ πίστιν ἔχοντος λόγου μάλιστα καὶ πλείστους μάρτυρας, 3. 1), entre Gregos e Romanos²³⁷. De origem

acrescenta a justificação de que esta história surgiu do facto de o verdadeiro progenitor dos gémeos ser Amúlio, o rei de Alba, que, em traje de guerra, tinha violentado a sobrinha, Rea Sílvia.

²³⁴ Conscientes da importância que o Tíbre teve no desenvolvimento de Roma, estabelecida à distância da costa, os Romanos incluíram repetidamente, na lenda da sua fundação, a intervenção salvadora do rio; cf. *Rom.* 2. 2, 3. 5-6, 5. 4.

²³⁵ Esta é a versão de Promátion, autor de uma *História da Itália* (FGrHist 817).

²³⁶ Sobre a sonoridade etrusca do nome Tarquécio (como transposição de Tarquínio) e uma possível alusão ao domínio etrusco no Lácio, consultar Ampolo e Manfredini (1993: 273).

²³⁷ Sobre a difusão e transmissão desta lenda entre os antigos, consultar Rocha Pereira (2009: 19). Esta era a versão canónica provinda de um antigo historiador romano, do séc. III a.C., colecionador de lendas sobre a pré-história ou proto-história de Roma, Fábio Pictor, que os autores do tempo de Augusto tornaram famosa. É também a única, perante todas as outras referidas, que merece uma palavra de simpatia e destaque de Plutarco.

troiana no seu ascendente último – Eneias²³⁸ –, esta versão relaciona o nascimento dos gêmeos com a sucessão dos reis de Alba (Numitor e Amúlio). A história contém os condimentos habituais: a tentativa de Amúlio, o usurpador do trono, de evitar uma descendência, provinda da sobrinha e única filha de Numitor, que pudesse vir a contestar a sua autoridade; a imposição a Rea Sílvia de um voto de castidade, o sacerdócio de Vesta, para impedir uma maternidade, que vem a acontecer, sob o anonimato do progenitor mais tarde anunciado por Rea como o deus Marte; a exposição das crianças e o abandono junto ao rio, mais uma vez salvador dos que a vontade humana condenava, até que se lhes abrisse o caminho para o cumprimento de um destino.

Claramente prolixo sobre a controversa questão das origens de Roma, Plutarco tenta conciliar-lhe as divergências sob alguns princípios permanentes: o ascendente estrangeiro do seu fundador, as qualidades de que os seus antepassados eram possuidores – coragem, inteligência e força –, a capacidade de explorar o território que os acolheu e de se harmonizar com os vizinhos e o patrocínio de uma mão divina, na decisão de um futuro brilhante que mal se anunciava ainda.

Após a narração, num e noutro caso, de uma infância e adolescência que só vieram confirmar a excelência da natureza e das qualidades de que eram possuidores²³⁹, a que se seguiu o convencional reconhecimento, chegou a hora da assumpção do poder. E, com ele, se definiu um papel e uma opção política, distinta de acordo com os diferentes contextos em que se moviam, Teseu como baluarte da Atenas clássica, Rômulo do império romano. Antes de uma verdadeira assumpção do poder, cada um dos dois heróis protagoniza um conjunto de episódios que assentam em critérios definidores de uma mentalidade e que deixam adivinhar um contorno cultural.

Teseu surge em Atenas como um desconhecido que, porque a sua identidade de filho de Egeu é deixada oculta, tem de conquistar, por mérito próprio, o seu lugar. Atenas merece já, na descrição de Plutarco, a designação de *polis* (*Tb.* 12. 2), uma estrutura social bem constituída, mas dividida por dissensões internas; tratava-se de uma rivalidade desencadeada por duas facções a propósito

²³⁸ Ampolo e Manfredini (1993: 270) reconhecem que ‘boa parte das divergências sobre a genealogia de Rômulo derivam do modo como os vários autores tentaram coligar a lenda romana dos gêmeos com a de Eneias’, o mesmo é dizer, conforme é valorizada a origem troiana ou a latina de Roma e do seu fundador.

²³⁹ As qualidades atribuídas aos gêmeos romanos são conformes com as atribuídas aos seus eventuais antepassados e a Teseu (*Rom.* 6. 3): ‘Crianças ainda, a nobreza física (ἐν τοῖς σώμασιν εὐγένεια) revelava, pela pujança e beleza (μεγέθει καὶ ἰδέα), a sua natureza. Já adultos, tornaram-se ambos resolutos e corajosos (θυμοειδεῖς ... καὶ ἀνδρώδεις), intrépidos face ao perigo (φρονήματα πρὸς τὰ δεινὰ) e de uma valentia (τόλμαν) a toda a prova’; 6. 3: Rômulo parecia, no entanto, mais dotado de inteligência (γνώμη τε χρῆσθαι μᾶλλον ἔδόκει) e de capacidade política (πολιτικὴν ἔχειν σύνεσιν); nas relações que tinha com os vizinhos sobre questões de pastoreio ou de caça, dava bem a entender que era por natureza mais apto para comandar do que para obedecer (ἡγεμονικοῦ μᾶλλον ἢ πειθαρχικοῦ φύσει γεγονότος).

da herança dinástica de Egeu (τὴν βασιλείαν Αἰγέως, 13. 1); disputavam-na também os Palântidas²⁴⁰, com o argumento da ilegitimidade do próprio Egeu, que não passava de um filho adoptivo de Pandión, e da sua falta de herdeiros, uma vez que não tinha filhos. Foram portanto desagradavelmente surpreendidos pela proposta de sucessão de Teseu, que não passava de um recém-chegado e estranho à cidade. Logo as divisões internas perturbam uma Atenas com um passado e uma linhagem, onde Teseu tem de afirmar a sua legitimidade. Em disputa está um poder monocrático, que tem, no vocabulário βασιλεία e βασιλεύειν, a sua expressão, e em Egeu o seu representante (13. 1, 14. 1).

Teseu desencadeia uma actividade política (ἐνεργὸς εἶναι βουλόμενος, 14. 1), que tem por objectivo cativar-lhe a popularidade (δημαγωγῶν)²⁴¹. No que se refere às suas iniciativas nesse sentido, Plutarco ajusta o vocabulário. A βασιλεύειν, que exprime a forma de poder até aí praticada em Atenas, substitui uma outra forma de convívio com o povo, de sabor nitidamente democrático. A Atenas clássica encontrava em Teseu o seu inspirador. Ou, no dizer de Flacelière (2003: 3), ‘Tudo se passa como se Teseu se tivesse tornado para os Atenienses, no tempo de Pisístrato ou de Clístenes, um herói nacional e um émulo do dórico Héracles. Teseu aparece então como modelo das mais altas virtudes, como o organizador do sinecismo e de uma monarquia temperada, ‘inclinada para a democracia’, uma espécie de antecipaçaõ de Clístenes e mesmo de Péricles’.

Dois primeiros episódios sublinham bem o novo espírito que Teseu quis imprimir às relações políticas em Atenas²⁴². A vitória, alcançada pelo jovem herói sobre o touro de Maratona (14. 1), é já sugestiva de um conjunto de traços de índole ‘demagógica’. Se, com a vitória sobre o monstro, Teseu protegia as populações de um pesadelo, os dividendos que o vencedor do touro soube tirar do seu sucesso revelam uma fina sensibilidade política. Para mobilizar os cidadãos para o sentimento de interesse comum que se podia retirar do seu feito, depois de dominar o touro, ‘exibiu-o ainda vivo, através de toda a cidade, e, por fim, imolou-o a Apolo Delfínio’. Com este gesto público, a façanha de Teseu saía do campo meramente individual, heróico ou épico, para se tornar de facto uma ocorrência de alcance colectivo. Muito relevante é o cenário escolhido para esta aventura, Maratona, uma das cidades da Tetrápole, um pequeno núcleo aglutinador com que Teseu estabelece esta primeira cooperação. Como relevante é o facto de Teseu, no conflito com o touro, ter poupado a vida ao adversário vencido, numa

²⁴⁰ Os Palântidas eram os cinquenta filhos de Palante, por sua vez filho de Pandión e, portanto, irmão de Egeu, numa outra versão que não aquela que Plutarco testemunha. Para o Queroneu, Egeu é reduzido à condição de filho adoptivo de Pandión.

²⁴¹ Considera García Gual (1990: 141), que nenhum outro herói lendário foi sujeito a uma maior cosmética do que Teseu, para se ajustar como modelo político da cidade.

²⁴² Estas aventuras ‘preambulares’ de Teseu ainda em busca de uma posição em Atenas parecem mais recentes; a primeira versão que delas retemos é-nos dada por Baquílides, fr. 18 (séc. VI-V a.C.).

manifestação de maturidade e autodomínio, próprios de um herói civilizado e com sentido político.

Foi dentro do mesmo espírito que se fez a aproximação entre o herói e Hécale, o demo central de uma anfíctonia, um outro núcleo urbano sobre que Teseu actua como um primeiro passo para o sinecismo. Hécale ganhara o nome de uma velha mulher local que, no tempo da chegada polémica de Teseu a Atenas, o brindara, pelo seu acolhimento hospitaleiro (τοῦ ξενισμοῦ καὶ τῆς ὑποδοχῆς, 14. 2), com uma lição de *xenia*. Mais do que antecipar o cumprimento de uma regra que havia de fundamentar a cultura da gloriosa Atenas, Hécale tinha posto no encontro (ξενίζουσιν) uma verdadeira *philia* (φιλοφρονεῖσθαι), exprimindo-lhe afecto com termos carinhosos. E Teseu, já ciente do princípio da retribuição de que era devedor, não deixou de compensar, como um verdadeiro ateniense, a amizade de que fora objecto. Surgia assim um *aition* para o culto de Zeus Hecaleion e uma remissão para valores fundamentais do *nomos* ateniense.

Mas o episódio mais marcante desta fase de ascensão ao poder foi a famosa aventura do Minotauro, que Plutarco aviva de tons políticos. Tratou-se, para Atenas, de fazer ouvir um brado de liberdade em relação a um poder imperialista, o que o rei Minos geria em Creta (15. 1). A cobrança de tributos caracterizava a actuação minóica e penalizava a cidade de Egeu. Este episódio lançou as bases de um sentimento de aversão à tirania, que veio a ser, na Atenas democrática, um impulso indomável. Minos encarnava nele o papel do tirano, Teseu revestia o do democrata; e Plutarco não pode omitir a revisão que o teatro clássico fez da leitura épica de Minos. ‘Se’ – recorda o Queroneu (*Tb.* 16. 3) – ‘Hesíodo lhe chamou ‘o mais régio dos reis’ (βασιλεύτατον, fr. 103 Rzach) e Homero (*Od.* 19. 179) ‘interlocutor de Zeus’ (ὄαριστὴν Διός), a tragédia veio desacreditar (ἀδοξίαν αὐτοῦ κατεσκέδασαν) Minos como o paradigma do ‘tirano’ e atribuir-lhe os principais traços desse tipo, a inacessibilidade e a violência (χαλεποῦ καὶ βιαίου γενομένου). Minos passa a encarnar, na sua versão mais radical, o tipo de poder a que, na Ática, Teseu se esforça por pôr fim e que a época clássica, contemporânea de democracia, execrou.

Em versão mitigada, Egeu, o soberano no poder do lado vitimado pela exigência de Cnossos, contribui, com as suas decisões, para o retrato do tirano. No processo que estabeleceu para seleccionar as vítimas do Minotauro – a tiragem à sorte, um critério, neste caso, falsamente democrático – exprimia, na verdade, uma atitude arbitrária. Era ele o único que escapava ao sorteio, apesar das culpas que lhe cabiam na animosidade do rei cretense²⁴³, pois ‘além de reservar a um filho bastardo e estranho o poder, não se importava de ver os cidadãos privados dos seus filhos legítimos e condenados a perder a descendência’ (17. 1). A crise da

²⁴³ De acordo com algumas versões do mito, Egeu fora responsável pela morte do filho de Minos e Pasífae, Andrégeo; cf. Paus. 1. 27. 10; D. S. 4. 60. 5.

monarquia denunciava-se nos seus habituais sintomas: o isolamento do soberano, que se coloca numa posição de excepção, apesar de responsável pelo mal colectivo; e, sem zelar pela descendência legítima dos cidadãos, o verdadeiro pilar do futuro da cidade, impunha, contra todas as regras, um herdeiro ilegítimo e estranho.

Se, em redor de Minos, existia o silêncio da concordância ou da subserviência, em Atenas fez-se ouvir a voz da indignação popular (17. 1), a que Teseu veio dar satisfação. Em nome de uma justiça que entendia como um valor prioritário (δικαιῶν μὴ ἀμελεῖν, 17. 2) e do sentido de partilha de uma sorte comum aos cidadãos (κοινωνεῖν τῆς τύχης τοῖς πολίταις), ofereceu-se voluntariamente ('sem tiragem à sorte', ἄνευ κλήρου) ao sacrificio (cf. *Rom.* 30. 5)²⁴⁴. Antecipava, deste modo, a atitude de generosidade que celebrizou as Ifigénias ou os Meneceus, brindando os interesses da pátria com a dádiva da própria vida. Aos apelos egoístas do progenitor, Teseu respondeu com inflexibilidade e obstinação (ἀμετάπειστον... καὶ ἀμετάτρεπτον), mas também com uma promessa de vitória, reconfortante para o pai, e provinda de um genuíno sentimento de autoconfiança; assim conquistou a simpatia popular para as suas virtudes, as de um demagogo no sentido mais nobre da palavra: uma grandeza de alma apreciável (φρόνημα θαυμαστόν) e a dedicação ao povo (τὸ δημοτικὸν ἠγάπησαν).

Focado em objectivos idênticos – os de estabelecer os fundamentos de uma cultura –, o trajecto de Rómulo e Remo até ao poder obedece a um outro modelo. O seu ponto de partida é, claramente, pré-urbano. O ambiente em que os dois gémeos se movem (*Rom.* 6. 4-5) é rústico e humilde, constituído por gente anónima, servos do rei de Alba e condutores de rebanhos. Apolíticas nas suas preocupações, estas gentes actuam, no entanto, como homens livres (6. 5), nas suas actividades de caça e exercício físico, em fuga de um lazer inútil e da inacção (τὴν σχολὴν ἔλευθέριον ἠγούμενοι καὶ τὴν ἀπονίαν). Se alguma actividade colectiva desenvolvem, pondo o seu vigor ao serviço de todos, do mesmo modo que Teseu no caminho para Atenas, esse traduz-se no 'zelo de afastar os criminosos, de prender os assaltantes e de defender os oprimidos da violência'²⁴⁵. O anonimato

²⁴⁴ A versão preferida por Plutarco (também documentada em *Isocr.* 10. 27; *Catul.* 44. 80-85) sobre esta decisão voluntária de Teseu é tanto mais significativa quanto contrasta com outras menos adequadas aos seus propósitos: a de que Teseu fora também sujeito a um sorteio (*Pherecyd. FGrHist* 3F 148); ou a de que fora objecto de escolha do próprio Minos (*Hellanic. FGrHist* 4F 164 = 323aF 14; *D. S.* 4. 61. 4). Na síncrise final (*Rom.* 30. 5), Plutarco revê as virtudes de que Teseu deu provas, a propósito desta decisão voluntária.

²⁴⁵ Esta é uma menção que faz dos gémeos romanos o equivalente do Teseu vencedor, entre Trezena e Atenas: em Epidauro, do criminoso Perifates (*Tb.* 8. 1), no Istmo, de Sinis, o assassino (*Tb.* 8. 3), em Crómion, de Faia, tida como uma salteadora (*Tb.* 9. 1-2), em Mégara, de Círon, o assaltante de estrada (*Tb.* 10. 1-4), em Elêusis, de Cércion e, em Eríneo, de Procrustes (*Tb.* 11. 1). No caso do filho de Egeu, este trajecto virá a ser tomado como justificação para o domínio que a Atenas clássica pretende estabelecer e manter sobre diversas cidades. Na sua síncrise final (*Rom.* 30. 1), Plutarco conta, como vantagem para os méritos de Teseu sobre o seu paralelo romano, o 'voluntariado' com que o jovem greco empreendeu este roteiro de aventuras, quando podia

destes inimigos, um perigo local, contrasta com o trajecto que Teseu realizou entre Trezena e Atenas, uma espécie de viagem iniciática em que o jovem, ao defrontar figuras míticas de malfeitores, se afirma como herói. Ao aroma épico subjacente às proezas de Teseu, parece substituir-se, em Rómulo, um sentido pragmático de libertar um território que habita, ainda em estado selvagem, de uma marginalidade perturbadora. Pode Plutarco, na síncrise final entre os dois biografados, dar vantagem a Rómulo neste percurso de vida que o elevou até ao poder a partir de uma posição de facto rasteira (*Rom.* 33. 1).

As dissensões urbanas, porque também as há em Alba entre os dois herdeiros ao trono – Numitor e Amúlio –, como em Atenas com a sucessão de Pandión – disputada entre os Palántidas e Egeu –, são transpostas, no caso latino, para terreno extra-urbano, por questiúnculas entre pastores vinculados a uma e outra facção (*Rom.* 7. 1). É nesse plano natural que Rómulo e Remo actuam como ‘reguladores’, intervindo na luta e impondo justiça. Mas, mais do que resolver um conflito pontual, ‘reuniram e mobilizaram muitos pobres e muitos escravos e, inspirando neles audácia e orgulho, transmitiram-lhes ideias de revolta’ (θράσους ἀποστατικοῦ καὶ φρονήματος ἀρχὰς ἐνδιδόντες, 7. 1). Ao diálogo com um imperialismo exterior, como o que Atenas travava com Creta, no Lácio impunha-se uma luta interna, social, integradora de uma população carente e marginalizada²⁴⁶. Mesmo se, como várias leituras acentuam²⁴⁷, o quadro nos devolve a imagem de dois jovens que intervêm, fora do espaço urbano e civilizado, em violências mais ou menos selvagens, os movimentos sociais que Rómulo e Remo inspiram prefaciam as futuras dissensões sociais e a sua pacificação na urbe.

Um passo decisivo, que os retira do ambiente rústico e os lança numa experiência urbana, sucede a partir da captura de Remo por forças de Numitor, seu avô (7. 2). O reconhecimento que se segue da identidade dos gémeos permite então um realinhamento de interesses; de perseguidor, Numitor passa a aliado do que julgava seu inimigo, e assim se abre acesso à regularização do poder em Alba e à deposição do usurpador, Amúlio. Um pormenor parece significativo; aquele que descreve o avanço de Rómulo sobre Alba, ao comando de uma grande força, ‘dividida em companhias de cem efectivos’ (σὺν αὐτῷ δύναμιν ἦγε συλλελοχισμένην

ter reinado tranquilamente sobre Trezena; além disso (*Rom.* 30. 2), a viagem pô-lo diante de múltiplos inimigos, quando Rómulo, que reagia ‘pela necessidade’, teve de defrontar apenas um, o rei de Alba, Amúlio.

²⁴⁶ Na síncrise final (*Rom.* 30. 3), a Teseu é dada vantagem sobre Rómulo pelos méritos subjacentes a esta campanha contra Creta. Nela se envolveu com inteira generosidade, sem que a intenção fosse defender os seus próprios interesses ameaçados, enquanto Rómulo e Remo só agiram depois de visados pelo tirano de Alba. Logo Teseu dava conta de um amor à liberdade, espontâneo e idealista, de que Atenas muito se orgulhava, em contraste com o pragmatismo tipicamente romano dos gémeos.

²⁴⁷ Consultar Ampolo e Manfredini (1993: 289) sobre a leitura, em múltiplos autores antigos, da intervenção, contra grupos marginais, de vários heróis míticos que se tornarão futuros governantes.

εἰς ἑκατοστύσας, 8. 7), armados de dardos com um ramo no topo. A consciência que Plutarco tem da aproximação desta imagem de ficção com a realidade dos seus dias exprime-se numa etimologia, que o é da palavra e da realidade envolvidas (8. 7): ‘Os Latinos chamam a estas insígnias ‘manípulos’. Daí que, ainda hoje, nos seus exércitos, dão aos soldados destas companhias o nome de manipulários’²⁴⁸. A capacidade militar que viria a constituir a primeira marca de identidade dos Romanos patenteava-se nesta proeza dos seus mais remotos antepassados.

O acesso de um novo governante ao poder implica a exclusão do seu antecessor e essa processa-se, num e noutro caso, de diferentes maneiras: Amúlio, em Alba, é simplesmente eliminado pelos gémeos, sem resistência (*Rom.* 8. 8); Egeu, em Atenas, é vítima de homicídio por negligência, da parte de Teseu e do seu piloto, que se esqueceram de trocar velas pretas por brancas, expondo um falso sinal de derrota (*Tb.* 22. 1); Plutarco poupa Teseu a um acto de violência²⁴⁹. De qualquer dos modos, o percurso até ao poder tinha terminado e era chegada a hora de dar início a um funcionamento renovado, ou novo, da cidade.

Houve primeiro que consagrar o reconhecimento da autoridade do novo chefe. Teseu recebeu, de boa parte da população – os menos próximos do poder instituído –, um aplauso fácil e submisso (‘manifestaram-lhe simpatia e coroaram-no’, φιλοφρονεῖσθαι καὶ στεφανοῦν, 22. 2). Pôde assim dar início imediato às medidas políticas, previsíveis já nas suas actuações anteriores, que deram à Atenas monárquica uma nova face, que a marcaria para todo o sempre: a de berço da democracia. Mais tarde, para confirmar o seu prestígio como chefe, Teseu incluiu a cunhagem de moeda nas suas inovações²⁵⁰. Mais do que valor económico, em si mesmo relevante como sinal de estabilidade e progresso, o que Plutarco sublinha nesta medida é o seu valor simbólico, ou mesmo propagandístico; como efígie, Teseu optou por um touro e o biógrafo especula: talvez ele tivesse por objectivo primeiro a sua promoção como chefe e a conquista do apoio popular granjeada pelas suas façanhas, quer sobre o touro de Maratona, quer sobre o Minotauro. Mas a efígie constituía também uma primeira lição e um programa económico, dando aos labores do campo relevância e combinando a população rural com a cidadina (‘para convidar os cidadãos ao cultivo da terra’, πρὸς γεωργίαν τοὺς πολίτας παρακαλῶν).

A primeira medida governativa tomada por Teseu foi aquela que mais o celebrou, como ‘uma tarefa de vulto e maravilhosa’ (μέγα καὶ θαυμαστὸν ἔργον, 24. 1): o sinecismo, ou seja, a fusão de todas as populações da Ática numa só cidade (εἰς ἓν ἄστυ), de modo a que existisse ‘um só Estado para um só povo’

²⁴⁸ Plutarco antecipa para Rómulo ‘o ordenamento manipular que substituiu, na idade médio-republicana, o de falanges’ (Ampolo e Manfredini ²1993: 291-292).

²⁴⁹ Não deixa, no entanto, de o censurar pela negligência (*Rom.* 34. 2).

²⁵⁰ Este é um forte anacronismo no relato biográfico de Plutarco, porquanto a cunhagem da moeda em Atenas data da época dos Pisístratos, no séc. VI a.C.

(μιάς πόλεως ἕνα δῆμον, 24. 1). A insistência no numeral ‘um’ centra o objectivo de Teseu, que é, antes de mais, o da unidade. Por outro lado, a oscilação entre os vocábulos ἄστυ e πόλις funde num só lugar e num só desígnio social a nova colectividade, com vista a um interesse público comum (πρὸς τὸ κοινὸν πάντων συμφέρον). Numa forma ainda embrionária, o futuro imperialismo de Atenas começava a adivinhar-se, neste primeiro projecto de Teseu.

O que, no caso de Atenas, é simplesmente uma alternativa entre os vocábulos ἄστυ e πόλις (*Th.* 22. 4, 24. 1, 24. 3), numa alusão discreta à cidadela e aos seus moradores, é, no caso de Roma, uma descrição longa do ritual de fundação e do traçado do *pomerium*, a linha sagrada de muralhas que havia de delimitar o círculo urbano (*Rom.* 11. 3-5), seguida da determinação fantasiosa do dia e hora do nascimento de Rómulo e da fundação da cidade.

Porque se tratava, no caso de Teseu, não de uma ‘fundação’, mas de uma verdadeira reforma, a sua proposta foi ao encontro da luta de classes instalada e, por argumentos opostos, mobilizou todas as vontades: os homens do povo e os pobres (τῶν μὲν ἰδιωτῶν καὶ πενήτων, 24. 2) não tiveram reservas em deixar-se seduzir por um modelo que os beneficiava; os poderosos (τοῖς δὲ δυνατοῖς) resignaram-se à sujeição (ἐβούλοντο πειθόμενοι), por perceberem a dimensão do poder que o jovem príncipe já detinha. Mesmo assim, Teseu não deixou de usar recursos demagógicos, que constituíam, ao mesmo tempo, um programa de governo correspondente a uma ‘monarquia democrática’. O vocabulário é cuidadoso, sugerindo um compromisso entre os dois modelos de governo (25. 3): ‘Foi o primeiro, como diz Aristóteles²⁵¹, que pendeu para o povo (ἀπέκλινε πρὸς τὸν ὄχλον) e renunciou à monarquia (ἀφῆκε τὸ μοναρχεῖν)’. Em relação aos seus antecessores, a sua proposta era revolucionária: ‘prometia uma governação sem rei (ἀβασίλευτον πολιτείαν προτείνων), uma democracia (δημοκρατίαν), onde ele seria apenas o comandante na guerra e o guardião das leis (ἄρχοντι πολέμου καὶ νόμον φύλακι)’. Com esta restrição à autoridade monocrática, ampliavam-se os direitos colectivos, num plano de partilha igual para todos (παρέξουσιν ἅπασιν ἰσομοίριαν). Para garantir o funcionamento do seu projecto, Teseu procedeu também à reforma das instituições (24. 3); ‘aboliu pritaneus, salas de reunião e magistraturas locais e fez construir um pritaneu e uma sala de conselho comum para todos²⁵², no sítio onde se encontra a cidade actual’. Por fim, garantiu os símbolos da identidade ateniense: deu nome à cidade e instituiu uma festa comum, as Panateneias, a que foi acrescentando outras celebrações, dando um sinal concreto da importância que os deuses teriam para a cidade (24. 4, 25. 5-7) e da abertura cosmopolita agregadora que se tornaria marca de Atenas.

²⁵¹ Fr. 2 Sandys.

²⁵² Cf. Thuc. 2. 14. 2.

Garantidas as prerrogativas à divindade, Teseu passou a ocupar-se do povoamento humano. Atraiu à cidade uma população migrante, que fundiu numa verdadeira sociedade, hierarquizada por classes para prevenir a agitação social, e atribuiu a cada grupo funções e competências próprias; o equilíbrio final resultou da harmonia dentro da diferença (25. 2): ‘Estabeleceu, assim, entre os três grupos, uma espécie de igualdade, aos nobres pela dignidade (δόξη), aos lavradores pela utilidade (χρέϊα) e aos artesãos pela quantidade (πλήθει)’. Alguns vocábulos, voluntariamente escolhidos e insistentemente repetidos, fazem sobressair as linhas mestras do pensamento e objectivos de Teseu. ‘Todos’, πάντες, é, no caso grego, um termo verdadeiramente inclusivo. Teseu prometeu a todos igualdade de direitos (πάντας ἐπὶ τοῖς ἴσοις, *Th.* 25. 1), fundindo migrantes e residentes numa πανδημία. Esse mesmo objectivo consagrou-se numa fórmula, ‘Venham cá todos os povos’ (δεῦρ’ ἴτε πάντες λεῶ, 25. 1). As próprias designações que encontrou para os grupos sociais, divisão a que o obrigou a necessidade de pacificação democrática, são isentas de marcas hierarquizantes ou classistas; εὐπατρίδας, γεωμόρους e δημιουργούς valorizam sobretudo a função e competência de cada grupo. A prioridade dada aos Eupátridas teve por objectivo o quotidiano cívico de Atenas (25. 2): conhecer os assuntos divinos (γινώσκειν τὰ θεῖα), fornecer os magistrados (παρέχειν ἄρχοντας), ensinar as leis (νόμων διδασκάλους εἶναι) e interpretar os costumes profanos e religiosos. Para os outros grupos, a prioridade é dada ao trabalho da terra e, por fim, à produção artesanal. Não sem que, como vimos, Teseu impusesse um equilíbrio, ao estabelecer entre todos a igualdade (25. 1). A Atenas clássica, como apogeu do trajecto de vida da cidade, estava esboçada nas suas linhas essenciais. Mais do que um projecto político, Teseu encarnava, na sua actuação, o verdadeiro ‘espírito ateniense’, com as suas qualidades de dinamismo empreendedor, de ousadia, de determinação e de um sentido do colectivo, orientado pela justiça e pela tolerância persuasiva.

Rómulo e Remo, após a eliminação de Amúlio do trono de Alba, para não fazerem frente ao avô, Numitor (*Rom.* 9. 1) ao satisfazerem o seu desejo de chefia, optaram por fundar uma nova cidade²⁵³. Tratava-se, para eles, não de ‘reformular’ um *status quo*, mas de criar de origem uma cidade (πόλιν ... κτίσαντες), naquele mesmo lugar onde tinham sido criados²⁵⁴. Apontado o lugar, um primeiro núcleo populacional parecia resultar também dos acontecimentos em Alba; instalava-se uma população rústica, humilde, constituída por ‘um amontoado de gente, pobre e obscura’ (14. 2), escravos e marginais sem uma experiência de vida urbana, com cuja colaboração Rómulo e Remo tinham podido contar (9. 2). Roma surgia de uma população atípica e apátrida, sem princípios estabelecidos que não fossem o

²⁵³ Esta é uma atitude que Plutarco louva em Rómulo como factor de superioridade (*Rom.* 34. 1).

²⁵⁴ Plutarco (*Rom.* 33. 2-3) louva como tarefa mais exigente a de fundar de raiz uma cidade sobre a unificação de populações já existentes.

vigor e a disposição para seguir um chefe que a mobilizasse. Valores como *xenia* ou *philia*, que Teseu encontrou em vigor na Atenas de Egeu, não tinham réplica na ‘terra de ninguém’ de onde surgiu Roma. A população de Alba, de resto, acentuando bem o carácter selvagem dos seguidores de Rómulo e Remo, repudiou a inclusão dessa gente na sua cidade. Por isso, o projecto civilizacional levado a cabo pelos filhos de Rea Sílvia partiu de um verdadeiro embrião. Plutarco inclui, nesta fase, uma referência ao rapto das Sabinas, um processo de composição social e de grande alcance político (*Rom.* 35. 2, κάλλιστον ἔργον καὶ πολιτικώτατον); por não dispor de mulheres, a facção seguidora de Rómulo e Remo teve de as conseguir das comunidades vizinhas, de modo a assegurar a própria continuidade e coesão do grupo (9. 2, 14. 2). Plutarco retira do episódio a violência, para valorizar a necessidade (οὐχ ὕβρει τολμηθὲν ἀλλὰ ἀνάγκην); o rapto foi compensado com o respeito (ἐτίμησαν γὰρ αὐτὰς ἀρπάσαντας περιττώς), perante as que se destinaram não a satisfazer um impulso sexual, mas a desempenhar uma função social da maior importância. Na sequência da integração das mulheres, os próprios povos tenderam progressivamente à fusão. E, apesar de esse percurso não ter sido pacífico, após a derrota militar dos Sabinos, Roma generosamente trouxe os vencidos para a cidade e assimilou-os entre os seus, promovendo uma aproximação que se tornou também marca de Roma; diz Plutarco (16. 3): ‘Nada contribuiu mais para o crescimento de Roma, do que este processo que sempre usou, o de anexar e incorporar os vencidos’²⁵⁵. Assim o Queroneu sublinhava o tema bem conhecido da generosidade de Roma sobre os povos dominados a quem concedia a cidadania e a integração social plena²⁵⁶.

Aos deuses foi garantido também um lugar na cidade, tal como acontecera em Atenas, mas agora à medida de uma outra realidade. O primeiro deus a ser reverenciado na nova urbe chamou-se ‘Asilo’ (9. 3) e veio também ao encontro das necessidades da população. Aberto a todos, o seu templo quis ser um abrigo seguro para quem – tal como a população inicial – fosse escravo foragido, pobre em fuga dos credores ora fora da lei em fuga dos magistrados. A afinidade entre esse espírito protector e a cidade foi total. Foi esta a forma que Rómulo e Remo encontraram para promover uma fusão populacional, preocupação que partilhavam com Teseu.

Este foi também o momento do grande desacordo entre os dois irmãos, o que os dividiu sobre a localização a dar aos fundamentos da cidade, de que resultou a morte de Remo e a definição de um fundador único. Rómulo prosseguiu então, sozinho, a ingente tarefa. Plutarco usa pela primeira vez a palavra

²⁵⁵ Na síncrise final (33. 3), Plutarco inclui no elogio de Rómulo o título de ‘benfeitor’ (εὐεργέται) de todos os que não tinham habitação e pretendiam constituir-se como um povo com uma cidadania.

²⁵⁶ Tema igualmente sublinhado com insistência por outros autores; cf. D. H. *Ant. Rom.* 1. 9. 4, 2. 17. 1-2, 14. 6. 2-6; Tac. *Ann.* 11. 24. 4.

polis (11. 1) para o projecto que Rómulo se propõe ‘construir’ (ῥκιζε). Foi sua preocupação harmonizá-lo, nos seus usos e tradições, com as práticas da vizinhança (de Etruscos e Sabinos) e, por isso, Rómulo, no momento da fundação da nova urbe (11. 1), ‘fez vir da Tirrénia homens que o orientassem e industriassem sobre ritos e fórmulas a ter em conta como num cerimonial’. A preocupação de fusão e de harmonia cultural, de sinecismo de certa forma (*consociatio regni*), acontece no Lácio pela ordem inversa à que a Ática conheceu: Roma não atraiu a si as povoações vizinhas, antes começou por dar um passo no sentido de se acercar culturalmente delas. A força das armas promoveu também, em alternativa, novas etapas no mesmo processo (cf. 16-17)²⁵⁷. Num gesto de grande significado ritual e ‘político’, entre as primícias reunidas num fosso – mais tarde chamado Comício – cada homem lançou um punhado de terra trazido do lugar da sua origem, de modo a garantir à futura Roma uma fusão sólida a partir da diversidade de populações. A designação de *mundus* deu a esse fosso o verdadeiro sentido da sua identidade (11. 2).

Estabelecido o desenho físico da nova cidade, Rómulo preocupou-se, tal como Teseu, com a organização social dos seus habitantes (13. 1-9). A repartição a que procedeu obedeceu, porém, a outros critérios. Deixa de ser a ideia de ‘comunidade’, como a fusão de ‘todos’, o que a centraliza; impõe-se a noção ‘partitiva’, aquela que define blocos distintos ‘a partir do todo’ (ἐκ πάντων, *Rom.* 13. 1). Por outro lado, a precedência dada a um primeiro grupo fixa-se nos interesses militares com prioridade sobre os cívicos²⁵⁸. Do corpo social, o grupo que primeiro se estabelece é a milícia (13. 1) distribuída por ‘legiões’, de 3000 infantes e de 300

²⁵⁷ Plutarco especifica (25. 1) que, perante o crescimento de Roma, as reacções dos povos vizinhos foram contraditórias: os mais fracos, por impotência submeteram-se, esperando tirar dessa atitude vantagens de segurança; os mais fortes, por seu lado, ‘por receio ou inveja’, reagiram com animosidade e tentaram criar obstáculos ao crescimento da cidade e ao prestígio de Rómulo. Sobre as diversas guerras travadas com povos vizinhos e sobre a sua importância na carreira de Rómulo, cf. *Rom.* 25. 17, 33. 4. A referência a estas guerras travadas por Rómulo não é mais do que a antecipação das lutas empreendidas contra Sabinos e Etruscos por Roma, durante o séc. I a.C., em tempos da república. Giua (2005: 252) acentua a importância destas campanhas e da assimilação que promoveram de outros povos dentro da sociedade romana também noutra perspectiva: a regularização dos cidadãos dessas outras proveniências dentro das estruturas administrativas de Roma, com os seus direitos e deveres, tornou-se uma fonte de recursos humanos e do próprio potencial bélico de Roma, reforçando a capacidade de alargamento do seu poder (cf. *Plut. Rom.* 16. 1-3). Mais adiante (2005: 258), a mesma autora salienta ainda que, a propósito destes conflitos e posterior aglutinação de comunidades vizinhas, Plutarco não explora o motivo e a linguagem referentes a virtudes militares, antes usa palavras como κοινωνία, sugestivas de moderação e humanidade.

²⁵⁸ A propósito do rapto das Sabinas, Plutarco insiste na ideia de que Rómulo encarnava o espírito militar e conquistador de Roma (14. 1): ‘Segundo algumas opiniões, foi porque Rómulo era, de seu natural, um amante da guerra (τῆ φύσει φιλοπόλεμον ὄντα) e porque estava convencido, através de certos oráculos, de que o destino reservava a Roma, se ela fosse criada e educada na guerra, o maior poder, que desencadeou hostilidades contra os Sabinos’.

cavaleiros cada²⁵⁹. A etimologia que Plutarco invoca para ‘legiões’ é denunciadora do espírito ‘selectivo’ que presidiu a esta definição; o nome adveio da ‘escolha’, de entre todos, de um grupo pela sua qualidade guerreira (λεγεῶν τῶ λογάδας εἶναι τοὺς μαχίμους ἐκ πάντων). Da importância desta escolha fala o contraste entre guerreiros e todos os outros cidadãos, inicialmente amalgamados na designação geral de *populus* (13. 2).

Mas a hierarquização prevista por Rómulo preparava-se para novas etapas (13. 2); logo o fundador de Roma ‘indicou’ (ἀπέδειξε) os cem melhores e deu-lhes o nome de patrícios, e ao corpo assim estabelecido o de ‘senado’. Com a avaliação etimológica da palavra, que a faz equivaler a γερούσια, ‘o conselho de velhos’, Plutarco vai descobrindo os propósitos que norteavam Rómulo. Logo à idade se sobrepoem critérios de classe; aos senadores passa a caber a designação de πατρικίους βουλευτάς, associando à linhagem o exercício do poder. ‘Patrícios’ pode justificar vários sentidos: ‘que se tratava de pais de filhos legítimos’, ou de alguém ‘que podia identificar os seus próprios pais’ (ou ascendentes), restringindo-se assim um grupo por oposição ‘aos muitos homens que, em primeiro lugar, tinham afluído à cidade (πολλοῖς ... τῶν πρώτων εἰς τὴν πόλιν συρρεόντων, 13. 3)’. Sem que Plutarco use propriamente uma palavra como ξένοι, ‘estranhos’, para qualificar essa população migrante, deixa bem claro o propósito de Rómulo de estabelecer distinções, na atitude contrária à da fórmula consagrada por Teseu ‘venham cá todos os povos’. Afirmando progressivamente a etimologia pela realidade conhecida no seu tempo (‘até hoje’, ἄχρι νῦν)²⁶⁰, ‘patrícios’ associam-se a ‘patronato’ (πατρωνείας, 13. 3) como uma prerrogativa inerente a essa elite: a da protecção concedida aos inferiores. Por última explicação (13. 5), Plutarco avança com um conceito romano de convergência social, uniforme com o de Teseu quanto ao objectivo – a harmonia –, mas divergente nos meios de o atingir. O que Rómulo pretende é legitimar e justificar as diferenças sociais, estabelecendo dois blocos separados pela dignidade familiar e pelo poder económico. Os patrícios, designados por ‘os mais fortes’ (δυνατωτάτους), devem assumir um papel proteccionista em relação ‘aos mais humildes’ (ταπεινότερων); estes, por seu lado, aceitarão a dependência tolerando o ascendente dos primeiros, reconhecendo-lhes o respeito e os títulos que lhes são devidos, desde logo o de ‘pais’ (πατέρας). Sobre o verdadeiro sentido desse título é expressiva a divergência de entendimento que provoca: para quem vem

²⁵⁹ Das prioridades sociais que Rómulo estabelece – primeiro estruturar o exército, depois hierarquizar o bloco cívico, dando aos patrícios privilégios e funções destacadas –, o modelo persistiu com ajustes se necessário. Assim, quando os Sabinos foram vencidos e integrados em Roma, e, por essa via, a cidade dobrou de tamanho, a estrutura social sofreu um ajuste, sem abdicar do seu modelo: alargou-se a lista de patrícios com mais cem nomes representando o novo grupo e as legiões ampliaram os seus efectivos para o dobro, 6000 infantas e 600 cavaleiros (20. 1).

²⁶⁰ Esta expressão ‘até hoje’ (cf. *Rom.* 13. 6) valoriza a continuidade e coerência dos comportamentos sociais romanos desde a sua origem; cf. ὅσπερον ... μενόντων, 13. 9.

de fora, e portanto é imparcial em relação à tradição vigente, os senadores são simplesmente ‘os chefes’ (τοὺς ἐν συγκλήτῳ τελοῦντας ... ἡγεμόνας καλοῦσιν, 13. 6); para os Romanos, eles são ‘pais conscritos’ (πατέρας συγγεγραμμένους), correspondendo a necessidade de registo a uma espécie de censo que o aumento de número justificou. Para Rómulo, a noção da nomenclatura foi importante para a consagração do princípio da ‘diferença’²⁶¹. Do ‘todos’ inclusivo vigente em Atenas passou-se, em Roma, a privilegiar a diferença: entre o povo e o poder (τὸ δημοτικὸν *versus* τὸ βουλευτικόν), entre os poderosos e os outros (ἑτέροις δὲ τοὺς δυνάτους, 13. 7), entre ‘protectores’ e ‘clientes’ (προστάτας ... κλίεντας). À igualdade como factor de coesão substituiu-se ‘uma maravilhosa compreensão’ (θαυμαστὴν εὐνοίαν) e o sentido do dever recíproco. O clientelismo tornou-se, assim, a base da sociedade romana, uma espécie de réplica da *philia* grega. É no mundo dos tribunais e dos negócios que o patronato tem, junto dos clientes, o seu principal papel; defendê-los, aconselhá-los, apoiá-los, eis a forma de o concretizar. Por sua vez os clientes retribuem com submissão e algum servilismo (ἔθεράπευον), aceitando-lhes as prerrogativas e, em caso de dificuldade, intervindo com alguma solidariedade económica junto dos seus patronos. No que partiu de um fundamento solidário instalou-se a intervenção do dinheiro, o que leva Plutarco a uma censura discreta (13. 9): ‘Passou a considerar-se reprovável e indigno que os poderosos recebessem dinheiro dos mais humildes’.

Partindo de um ponto comum, o de que ambos representam ‘o bom rei’, Teseu e Rómulo evoluem em sentidos opostos e não mantêm até ao fim da vida essa personalidade (τὸν βασιλικὸν τρόπον, *Rom.* 31. 2). Pelas suas estratégias políticas, o rei de Atenas evolui para um democrata radical (ou demagogo), Rómulo para um tirano (*Rom.* 26. 1, 31. 2)²⁶². Vítima de paixões e excessos, o rei de Atenas põe em risco a segurança da cidade, desleixa-lhe a gestão e dá espaço à indisciplina cívica; enquanto afectado pelo poder, o fundador de Roma se deixa tomar por um tremendo orgulho (βαρυτέρῳ φρονήματι), abdica de comportamentos democráticos (ἔξιστατο τοῦ δημοτικοῦ) e põe em causa os próprios fundamentos da cidade que criara. Por isso ambos atraem o ódio ou o desprezo dos governados (τὸ μισεῖν ἢ καταφρονεῖν, *Rom.* 31. 3). Se a populaça ateniense promove o exílio de Teseu, em Roma os patrícios, a quem Rómulo atribuíra qualidades e competências em que se fundamentava a estabilidade social, passam a meros instrumentos decorativos, manipulados por uma força maior, a da autoridade régia (27. 2). As próprias instituições, o senado desde logo, assumem-se como um pró-forma meramente honorífico para os que nele tinham assento. Cumpria-se em degenerescência o trajecto de um poder firmado na diferença, que se tornava

²⁶¹ O vocabulário é também, neste caso, expressivo: διαφορὰς ‘diferenças’ (13. 7), διήρει ‘separava’ (13. 7).

²⁶² Larmour (1988: 370) selecciona uns tantos sinais que, ao longo da *Vida*, vão denunciando a propensão de Rómulo para a tirania.

uniforme não sob um modelo de partilha, mas numa indesejável uniformidade monocrática. Aqueles heróis que tinham dado origem a um certo estilo de nação, eram os mesmos que as haviam de conduzir, pelo excesso no seu exercício, às crises e catástrofes finais, de modo que em cada modelo vinha impressa também a sua própria destruição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ampolo, C.; Manfredini, M. (21993), *Plutarco. Le Vite di Teseo e di Romolo*, Fondazione Lorenzo Valla.
- Ampolo, C. (2002), 'La paideia degli eroi fundatori – l'educazione e la giovinezza nelle *Vite di Teseo e di Romolo*', in J. R. Ferreira (ed.), *Plutarco educador da Europa*. Porto: 281-292.
- Candau Morón, J. (2005), 'Ironía en Plutarco: el prólogo a las *Vidas de Teseo y Rómulo* y Diocles Peparecio', in Jiménez, A. Pérez; Titchener, F. (ed.), *Historical and biographical values of Plutarch's works*. Málaga, 107-120.
- Duff, T. E. (1999), *Plutarch's Lives. Exploring virtue and vice*. Oxford.
- Ferreira, A. M. G. (2012), *O homem de Estado ateniense em Plutarco. O caso dos Alcmeónidas*. Coimbra.
- Flacelière, R. (1948), 'Sur quelques passages des *Vies* de Plutarque', *REG* 61: 67-103.
- Flacelière, R. (2003), *Plutarque. Vies. I*. Paris.
- Geiger, J. (1995), 'Plutarch's *Parallel Lives*: the choice of heroes', in Scardigli, B. (ed.), *Essays on Plutarch's Lives*. Oxford, 165-190.
- Giua, M. A. (2005), 'Tradizione antiquaria e temi ideologici nella biografia plutarchea de Romolo', in Jiménez, A. Pérez; Titchener, F. (ed.), *Historical and biographical values of Plutarch's works*. Málaga, 243-266.
- Gual, C. Garcia (1990), 'La modération attique de Thésée', in Jouan, F.; Motte, A. (ed.), *Actes du Colloque de Liège (14-16 septembre 1989)*. Paris, 139-154.
- Jiménez, A. Pérez (2000), *Plutarco. Vidas paralelas, I*. Madrid.
- Jiménez, A. Pérez (2005), 'La estructura literária de la *Vida de Teseo* de Plutarco', in Jiménez, A. Pérez; Titchener, F. (ed.), *Historical and biographical values of Plutarch's works*. Málaga, 341-354.
- Larmour, D. J. (1988), 'Plutarch's compositional methods in the *Theseus* and *Romulus*', *TAPhA* 118: 361-375.
- Pelling, C. B. R. (1999), "'Making myth look like history": Plato in Plutarch's *Theseus-Romulus*', in *Plutarco, Platón y Aristóteles. Actas del V Congreso Internacional de la I. P. S. (Madrid-Cuenca, 4-7 de Mayo de 1999)*. Madrid, 431-444.
- Perret, J. (1942), *Les origines de la legende troyenne de Rome (281-31)*. Paris.
- Rocha Pereira, M. H. (2009), *Estudos de História da Cultura clássica. II. Cultura Romana*. Lisboa.
- Rochette, B. (1997), 'Ῥώμη = ῥώμη', *Latomus* 56. 1: 54-57.